

NOTAS SOBRE AS TRANSCRIÇÕES

NOTES ON THE TRANSCRIPTIONS

Joana Bento Torres, Hugo Miguel Crespo

A edição agora apresentada da transcrição semi-diplomática do *Inventário e Maços de D. Brites* tem por base as normas de transcrição preconizadas por Eduardo Borges Nunes¹. Assim, não se verifica uma modernização ortográfica ou de pontuação, mantendo-se a transcrição, tanto quanto possível, fiel ao manuscrito.

Neste sentido, as abreviaturas existentes na fonte foram desenvolvidas em itálico para se conseguir uma leitura mais intuitiva, sem se perder a identidade e originalidade do documento e do(s) seu(s) autor(es), sendo sempre possível uma reconstituição da forma primitiva do texto². Não se incluem nesta regra palavras que integrem, no seu começo ou a meio, a letra / ã /, dado que neste caso não estamos perante uma abreviatura, mas sim de uma letra com acentuação utilizada à época e que traduzia uma nasalação específica, que actualmente já não se verifica. Aliás, mesmo nos textos impressos deste período histórico não se verifica um desdobramento da nasalação pela sua substituição pelas letras “m” ou “n”, como ocorre hoje em dia. Respeitaram-se, portanto, os sistemas de acentuação e pontuação, mantendo-se as particularidades sonoras do português daquele período, quando diferente da fonética actual como se verifica em hũa, hũas, nenhũa, nenhũas, diferente de uma, umas, nenhuma, nenhuma. Devemos salientar também os casos particulares de Jhu (*Jesu*) e Xpo (*Christo*), palavras que mantêm a sua herança gráfica latina e que por isso são desenvolvidas tal como se faria à época.

No caso particular da abreviatura “rs”, optou-se por soluções distintas no *Inventário* e nos *Maços*. Com efeito, esta abreviatura foi desenvolvida para “reis” no caso do *Inventário* e em alguns textos de cronologia mais avançada nos *Maços*, por ser atestada a utilização desta palavra por extenso ao longo destes textos. Nos exemplares dos *Maços* enquadráveis na segunda metade do século XVI, optou-se por desenvolver a abreviatura para “reais”, como surge comumente referida em documentação coeva.

Ao longo do texto procedeu-se à separação e reunião de palavras e partes de palavra de acordo com o uso moderno. Respeitou-se a disposição dos documentos, pontuação e sublinhados, apenas abrindo parágrafos como forma de facilitar a compreensão do texto. Com efeito, não se assinalou a mudança de linhas ou se aplicou uma numeração destas. Assinalámos, contudo, as mudanças de fólio, no corpo de texto, entre barras e a negrito (ex: /fl. 54 v./). Quanto à pontuação, optou-se por substituir o sinal de meia-pausa / . / por uma vírgula, dado ser actualmente o sinal de pontuação com uma tradução mais próxima daquele.

Aplicou-se a actualização da letra maiúscula em substantivos antroponímicos, toponímicos e gentílicos, bem como as minúsculas colocadas no meio de palavras. As restantes maiúsculas utilizadas no texto em substantivos comuns não foram alteradas. No texto todas as introduções do editor surgem entre parêntesis rectos / [] / e todas as

¹ Nunes, 1969.

² Seguindo de perto a premissa de Eduardo B. Nunes quando fala da necessidade de distinguir uma “leitura de palpite duma leitura consciente”. Nunes, 1969, p. 8.

anotações pertinentes vão colocadas em nota de rodapé. Preservou-se assim o texto original, facilitando ao mesmo tempo a leitura do documento.

A numeração dos fólios seguiu as normas comuns, sendo assinalado apenas com / v / o verso de cada fólio. No *Inventário* existe apenas uma excepção a esta regra; tendo-se notado *a posteriori* um erro na numeração inicial dos fólios, tendo-se optado por acrescentar a letra maiúscula / A / ao fólio que ficava entre o 329 e o 330.

Assinalámos com [?] as dúvidas de leitura e com [sic] sempre que uma palavra não fazia sentido ou quando apresentava uma grafia estranha ou incorrecta. O [sic] foi ainda utilizado à frente do valor numérico da avaliação dos bens, sempre que o valor descrito no texto não coincidia com aquele. Parece-nos que será mais natural que o copista se tenha enganado a escrever um número do que a sua versão por extenso, pelo que se deu primazia à informação deste último.

As notas de rodapé são maioritariamente iniciadas com / Ms.: / indicando que a informação que se acrescenta é tal como nos aparece no manuscrito. Nos casos em que conseguimos identificar um erro do copista, feito por distração ou por uma incorrecta leitura do documento, a palavra errada foi corrigida no texto transcrito, sendo indicado em nota de rodapé a palavra original que se corrigiu. Felizmente, com a identificação de alguns exemplares documentais quinhentistas com parcelas (copiadas ou mesmo originais) do *Inventário*, conseguiu-se compreender algumas palavras, cujo sentido não se compreendia anteriormente. Nestes casos, tal como referimos acima, corrigimos a palavra no texto transcrito, colocando em nota a palavra que estava no manuscrito original do século XVII. Salientamos a título de exemplo a palavra “adquirida” que foi mal lida pelo copista e substituída no original do XVII por “alquimida”.

Noutros casos, em que as corruptelas perturbam menos a compreensão do texto, preferimos colocar em nota de rodapé a palavra que o escritor do texto original pretendia escrever e/ou o seu significado. O comentário é iniciado com as siglas / N.E.: /, ou seja, nota do editor.

As dificuldades do tabelião copista parecem ainda manifestar-se na existência de alguns espaços em branco, assinalados no texto transcrito com [...] e que podem significar uma impossibilidade na leitura de determinadas partes do texto.

Do mesmo modo, se reproduziu em nota de rodapé todos os acidentes de texto, borrões, rasgões, trespasse de tinta, furos de insecto bibliófago, palavras riscadas e rasuradas, bem como todas as notas marginais devidamente transcritas.

Para facilitar a consulta e referência ao documento foi ainda acrescentado um número de entrada, colocado a negrito no início de cada nova referência ou avaliação feita. Os números percorrem todo o documento, começando no número 0001 e terminando no 6303. Por último, deve justificar-se a escolha do símbolo de milhar “0” na reprodução da representação numérica da avaliação. Esta explica-se então por ser este o signo gráfico que mais fielmente reproduz o símbolo de milhar utilizado pelo copista; uma opção que segue a nossa linha metodológica, não tentando substituir ou alterar o documento original.

Tal como enunciámos atrás, não são feitas actualizações ou uniformizações de vocabulário, por considerarmos que descaracterizam a diversidade linguística da época. Com efeito, palavras como: pérola pode aparecer como “perola” ou “perla”, porcelana como “procelana”, “percelana”, “persolana” ou “percolana”, entre outras. Deverá ter por isso o leitor em atenção que muitas letras assumem o valor umas das outras, e que são muitas as grafias possíveis de utilizar para o mesmo termo. Assumimos que teria sido interessante a inclusão de um índice onomástico final como complemento à transcrição; no entanto, cremos que este se tornaria redundante face à existência de uma tão detalhada e uniformizada base de dados, como a que agora disponibilizamos.

Bibliografia

COSTA, Avelino de Jesus da (1982), *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*. Braga, Tipografia do Diário do Minho

DIAS, João Alves, et al. (1987), *Álbum de Paleografia*. Lisboa, Editorial Estampa

NUNES, Eduardo Borges (1969), *Álbum de Paleografia Portuguesa*, vol. I. Lisboa, Centro de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos da FLUL

NUNES, Eduardo Borges (1981), *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*. Lisboa, Faculdade de Letras